

**TÍTULO**

Os Arquivos dos Antropólogos

**ORGANIZAÇÃO**

Sónia Vespeira de Almeida  
Rita Ávila Cachado

**DESIGN E PAGINAÇÃO**

Rosa Quitério

**EDIÇÃO**

Palavrão, Associação Cultural

**DEPÓSITO LEGAL**

419762/16

**IMPRESSÃO**

Gráfica 99

**ISBN**

978-989-20-7262-3

1.ª Edição

Lisboa, Dezembro 2016

\* Alguns autores não adoptam  
o acordo ortográfico em vigor



PALAVRÃO

**OS ARQUIVOS DOS ANTROPÓLOGOS**

Organização: Sónia Vespeira de Almeida e Rita Ávila Cachado

7 **AGRADECIMENTOS**

9 **INTRODUÇÃO.** *Os arquivos dos antropólogos.  
Recolhas, partilhas e futuros*  
**Sónia Vespeira de Almeida e Rita Ávila Cachado**

17 *Vozes intuídas, silêncios recuperados: as etnografias  
de um arquivo não etnográfico*  
**Frederico Delgado Rosa**

27 *Tempos e vozes de uma pesquisa etnográfica:  
reflexões sobre o 'arquivo da laranjinha'*  
**Graça Índias Cordeiro**

37 *Micrografias do arquivo: uma nota de rodapé  
e um ofício colonial*  
**Ricardo Roque**

49 *Da reflexão teórica sobre a dança ao trabalho  
de campo e vice-versa*  
**Maria José Fazenda**

59 *A fotografia perdida ou a revisitação dos arquivos  
etnográficos*  
**José Mapril**

67 *Guardado para não ser mostrado ou o que fica  
das experiências de trabalho de campo*  
**Humberto Martins**

79 *Arquivos etnográficos... com plantas e imagens  
de animais*  
**Amélia Frazão-Moreira**

- 89 *Um lugar para o desenho na pesquisa etnográfica –  
incursões nos arquivos de uma experiência*  
**Ana Isabel Afonso**
- 101 *De que falam as coisas em trânsito? Registrar a  
materialidade quotidiana em contextos migratórios.*  
**Marta Vilar Rosales**
- 109 *As múltiplas vidas dos arquivos de campo  
– Tupinambá de Olivença 1997-2014 (Brasil)*  
**Susana de Matos Viegas**
- 121 *Do terreno para o arquivo. Reflectindo sobre  
itinerários etnográficos*  
**Inês Lourenço**
- 131 *Do papel ao multimédia: o arquivo como  
um caos de bits e bytes*  
**Sónia Ferreira**
- 143 *Diários de campo: modos de fazer, modos de usar*  
**João Leal**
- 155 *A vida não é para arquivar: sobre o que se guarda  
e o que se deita fora.*  
**Filomena Silvano**
- 165 *Appenzell ou a destruição dos arquivos*  
**Nélia Dias**

**MICROGRAFIAS DO ARQUIVO:  
UMA NOTA DE RODAPÉ E UM  
OFÍCIO COLONIAL**

Ricardo Roque



Recorte micrográfico do arquivo colonial da coleção de crânios de Timor em Coimbra. Foto do autor sobre fotocópia de cópia manuscrita do Ofício n.º 15 (Medeiros para Governador de Timor, Fev. 1881, incluso em Medeiros para Bispo de Macau, Junho 1881).

## I. ETNOGRAFIA E MICROSCOPIA NO ARQUIVO

“Ao ler”, nos arquivos da Inquisição italiana, “uma lista preparada por um inquisidor no século XVIII” – recordou, em 2008, o historiador Carlo Ginzburg, aludindo numa entrevista ao encontro documental do qual nasceria o conhecido livro *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1987) – “deparei-me com uma curta descrição de um julgamento, envolvendo um homem que acreditava que o mundo era comparável a matéria podre, a queijo apodrecido. Então tirei uma nota, mas na altura andava à procura de outra coisa [bruxaria]. Durante anos esta nota ficou por utilizar.” (Ginzburg, 2008, transcrição e tradução minhas). Ginzburg recordava assim o seu trabalho de terreno em arquivo como o trabalho de um atento microscopista, sujeito a constante contingência e imprevisibilidade. “Naquele momento,” acrescentou, “não era óbvio que essa nota de rodapé se viesse a tornar num livro.” Nesta revisitação auto-biográfica, reconhecemos a sua visão da metodologia historiográfica, a qual, com outros autores, veio a batizar de ‘micro-história’. A micro-história, na interpretação de Ginzburg, não consiste na ideia equívoca de “culto do fragmento” ou história dos “desfavorecidos”. Ao contrário, ela distingue-se pelo estudo denso de singularidades na sua relação com problemas ou fenómenos mais amplos ou de macro-escala, inclusive com aspectos do que presentemente se denomina de “história global” ou “mundial” (veja-se Ginzburg, 2015). Na sua expressão mais produtiva, esta microscopia do tecido histórico – em especial, dos seus ruídos e anomalias<sup>1</sup> – equivale assim, a meu ver, à busca de “generalização analítica”, isto é: o tipo de generalização que deriva do poder analítico que o caso em apreço representa em relação a um determinado problema ou fenómeno geral, e não em relação à sua maior ou menor repetibilidade estatística (Yin, 1994).

<sup>1</sup> Embora pareça contra-intuitivo, a ênfase na anomalia do caso não contradiz o propósito de generalização analítica: “O caso será tanto mais poderoso do ponto de vista analítico”, tento repetir apenas de memória palavras de Carlo Ginzburg numa informal conversa em Londres na primavera de 2014, “quanto mais extraordinário e anómalo se apresente.”

Por um momento, tratemos essa imagem do encontro de arquivo entre Ginzburg e o seu Menocchio como protótipo de uma etnografia de tipo micro-histórico, nos termos acima descritos. Nesta etnografia, o arquivo apresenta-se como um espaço de descoberta, guiada por concretos questionamentos, onde, a qualquer instante, um indício arquivístico – tão minúsculo quanto inusitado, anômalo, dissonante – pode interpor-se produtivamente à relação entre o pesquisador, a questão analítica, e o campo documental. A essa imagem do micro-historiador italiano tomando nota, de entre uma longa lista inquisitorial, do julgamento a um bizarro moleiro, podemos juntar aquela do trabalhador em laboratório anotando meticulosamente as observações feitas, através do microscópio, sobre uma diminuta porção de matéria. Não por acaso: na mesma entrevista de 2008, Ginzburg explicitamente equiparou a micro-história ao microscópio. A etnografia micro-histórica encontra-se assim com a ideia de micrografia, para usar de livre maneira o título dos estudos feitos com o microscópio pelo experimentalista inglês seiscentista, Robert Hooke (Hooke, 1665). A prática de inquérito a “corpos minúsculos” da matéria pode ser vista como análoga àquela efectuada aos minúsculos traços e vestígios em arquivo. O trabalho micrográfico de arquivo está na base, então, da abordagem da micro-história. Um traço arquivístico singular registado na micrografia contém o potencial de uma generalização. Numa súbita e breve interferência anotada, pode residir o gérmen de uma revelação sobre questões nucleares à realidade histórica. Como enveredar pela micrografia no arquivo? Como identificar um vestígio anômalo ou revelador? Como, à imagem de uma caçada, seguir no seu enalço até à sua amplificação conceptual? Como transitar do indício, do traço colhido em arquivo, para a generalização analítica? Como mover-nos, por fim, desde a nota – ao livro?

Desde há vários anos, estas questões vêm habitando o meu trabalho em arquivo, que se move entre documentação colonial e colecções bio-antropológicas guardadas em museus. Um género de microscopia histórica tem estado no cerne da minha etnografia de arquivo. Deste trabalho – feito também, para usar a imagem de Ginzburg, de muitos gestos de anotação de pequenos e quase imperceptíveis eventos documentais – resultou o livro *Headhunting and Colonialism* (entre outros artigos conexos), uma antropologia histórica do colonialismo e da ciência racial, centrada na micro-história

de uma colecção de crânios humanos proveniente da colónia portuguesa de Timor, e desde 1882 detida pelo Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Roque, 2010). O enfoque na colecção de Coimbra – um caso extremo, em diversos sentidos, e sobretudo por exhibir de forma invulgarmente reveladora o nexó entre histórias coloniais de violência e arquivos de colecções científicas – serviu propósitos analíticos gerais. Entre eles, por um lado, a caracterização de um fenómeno histórico que ocorria então à escala global – a recolha e a acumulação de crânios humanos em museus para estudos raciais, em estreita conexão com a recolha e a acumulação de documentação associadas às colecções; por outro, a aclaração de um problema genérico, o da relação simbiótica entre culturas coloniais e nativas de violência e decapitação do inimigo. Num outro ensaio, inspirado em Ginzburg e em Ricoueur, reflecti também sobre o processo de pesquisa em arquivo subjacente a este trabalho (Roque, 2017). Interpretei-o então através da metáfora conceptual da caçada. Parti da ideia geral de que a prática da história corresponde à procura e à decifração conjectural de traços arquivísticos (inscritos em papel, ou em outras materialidades), ou seja: tudo aquilo que, à imagem de trilhos no terreno, pode servir a reconstrução do passado e a iluminação de problemas de pesquisa. Deste ponto de vista, vejo o estudo sobre a colecção de Coimbra como uma caçada marcada pela pesquisa e análise da génese e dos efeitos dos traços arquivísticos da colecção tidos, à partida, por desaparecidos. Na primeira metade do século XX, esta ausência de evidência documental sobre a proveniência colonial das ossadas foi central numa acesa controvérsia antropológica em torno da autenticidade da colecção. Neste contexto, a inexistência de documentação arquivística e de narrativa histórica fiável para a colecção gerou efeitos variados, e importantes, quer na carreira dos intervenientes, quer no debate classificatório sobre as raças de Timor.

As tramas deste debate e do seu vazio documental alimentaram a minha investigação sobre as circulações entre arquivos, crânios humanos, histórias coloniais, e teorias raciais. Dela resultou um vasto número de notas e registos que fui tirando e, pacientemente, guardando num arquivo pessoal. Boa parte dessas notas tomara o caminho final do livro; outras tantas ficariam em repouso. Mas algumas houve que adquiriram nesse caminho o especial

estatuto epistemológico de uma interferência dinâmica, que perturba e ao mesmo tempo (re)organiza e fertiliza a pesquisa – o tipo de apontamento do microscopista capaz de inflectir o olhar e germinar a própria análise. Aqui, no texto que resta, revisito dois desses registos, dois segmentos empírico-analíticos do meu arquivo antropológico que se tornaram peças cruciais na investigação e, posteriormente, no fluxo do próprio livro. O que se segue, então, é um retorno a esses segmentos, exposto no estilo e na forma de micrografias do arquivo.

## II. UMA NOTA DE RODAPÉ

Em 1919, após vários anos de experiência como militar e administrador na colónia de Timor, o coronel António Leite de Magalhães proferiu, a convite do professor Mendes Correia, uma palestra na recém-criada Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPA), no Porto. A palestra versava sobre etnologia timorense, cruzando os temas da caracterização racial e linguística dos povos nativos, questões maiores que apaixonavam em geral os estudiosos europeus da diversidade humana no chamado “arquipélago malaio”. O trabalho do coronel inseria-se numa tradição de etnografias coloniais protagonizadas e assinadas por agentes do aparato da administração colonial portuguesa. O texto da palestra seria publicado logo em 1920, no primeiro número da revista oficial da SPA. O autor baseava-se em notas de campo, obtidas durante a sua comissão colonial. Mas lamentando ter perdido a maior parte dos seus apontamentos num naufrágio, o coronel confiava sobretudo à memória os seus ditames, e confessava a modéstia do contributo. O académico Mendes Correia, contudo, reservar-lhe-ia incontidos louvores, vendo na autoridade de campo do coronel um aliado na demonstração da sua tese sobre a classificação racial dos timorenses como “Malaios” – por oposição à sua afiliação na “raça Papua”. Todavia, o trecho da obra do coronel que mais viria a agitar o campo da antropologia portuguesa escondia-se na singeleza de uma nota de fim de página. No rodapé da página 44 do mesmo texto, o coronel afirmava:

“Cumpre-me observar que os 28 crânios do Museu de Coimbra que serviram de base ao estudo do sr. Barros e Cunha só por providencial acaso serão de

timorenses na sua totalidade. Por averiguações a que procedi, soube que esses crânios foram levantados dum *Ficus indica* – a árvore sagrada – do estado indígena, ou *reino*, de Cová, e seriam os restos trágicos da infeliz coluna do capitão Câmara, massacrados em Fatumian no ano de 1895. Dessa coluna, faziam parte timorenses, africanos, índios e portugueses.” (Magalhães, 1920: 44)

Leite de Magalhães descredibilizava assim a validade de um dos raros estudos existentes em Portugal sobre a classificação racial dos timorenses: um artigo de craniologia, de autoria do académico coimbrão, João Gualberto de Barros e Cunha, um dos primeiros estudantes do curso de antropologia inaugurado na Universidade de Coimbra em 1885 (Cunha, 1894). Fundando-se na análise craniométrica e anatómica de uma colecção de crânios provenientes de Timor, Barros e Cunha argumentara que as populações da parte portuguesa da ilha se filiavam, primeiro que tudo, na raça Papua – uma certeza que Leite de Magalhães rejeitava por completo. No seu estudo, Cunha não soubera determinar a exacta proveniência da colecção, porque, em Coimbra, não sobreviviam documentos que relatassem ou indicassem as circunstâncias coloniais da aquisição, em Timor. Ora, era nessa fractura arquivística que Magalhães introduzia uma outra narrativa histórica que tornava a colecção de crânios inútil para o debate antropológico. Assente em relatos e rumores da sua experiência colonial, o coronel difundia a ideia que os crânios não eram de nativos timorenses apenas – mas de uma mescla de indivíduos europeus e não europeus, de vários lugares. A nota passaria despercebida a Barros e Cunha até 1934-35, quando nova publicação etnográfica – um livro do capitão Armando Pinto Correia (outro dos veementes articulistas e oponentes de Cunha na controvérsia) – deu ressonância alargada aos conteúdos dessa nota de rodapé. Contudo, mesmo parcialmente corrigida pelo seu autor no calor da controvérsia em 1935, a nota de Magalhães tornar-se-ia viral. É certo que parte das alegações históricas do coronel seriam contraditas por documentos que colocavam as origens da coleção em data anterior a 1895. Não obstante, sem mais nada a acrescentar, mantinha-se inalterada a possibilidade de a colecção constituir uma miscelânea de ossadas de proveniência incerta. Nas décadas seguintes, a mera suspeita de uma história colonial oculta falsificaria a qualidade antropológica da colecção, abrindo espaço para a afirmação de uma classificação malaia para as populações nativas de Timor Português.

Para prosseguir o uso *ad libitum* da imagem de Ginzburg, a nota de rodapé do militar tornou-se – no interior do próprio arquivo que eu consultava – não só num livro, mas, antes de mais, numa galáxia de textos: artigos, monografias, correspondência, novas notas, novos textos, novos traços. A micrografia desta nota, então, amplificava-se numa etnografia histórica da sua circulação. Seguindo a nota de rodapé, fui guiado até vários outros lugares e documentos, cruzando escalas, práticas e agentes, entre metrópole e colónias; Coimbra, nos laboratórios da craniometria; Lisboa, nos meandros da política museológica e colonial do império; Macau, nos gabinetes do secretário geral Corte-Real; de volta a Timor, aos relatos de guerras coloniais, aos terrores da decapitação, à vida ritual timorense e, enfim – com surpresa – ao empreendimento Católico da missão.

### III. UM OFÍCIO COLONIAL

“Sob o n.º 1.º designam-se trinta e cinco crânios. São eles de pessoas adultas de um e de outro sexo, que pereceram às mãos das forças auxiliares do governo na guerra de Laleia de 1878 a 1879 contra o facinoroso e rebelde Manuel dos Remédios. Os timores, segundo os seus usos bárbaros e repugnantes, fazem consistir a sua maior glória em poder apresentar uma cabeça cortada ao inimigo, seja de homem ou de mulher.” (Medeiros para Governador de Timor, Fevereiro 1881)

O excerto acima é um segmento extraído de um Ofício n.º 15, ou carta oficial, enviada em 1881 pelo Superior da Missão de Timor, o Reverendo António Joaquim de Medeiros, para o então governador da colónia, Augusto Cardoso de Carvalho. Este constitui o segmento arquivístico que completa e antecede a nota de rodapé de Magalhães – ele é, a seu modo, o outro lado do arquivo antropológico da colecção, o lado por muitos anos mantido na escuridão, desconhecido dos intervenientes na controvérsia. Nesse ofício, o Superior descrevia os trabalhos desenvolvidos pelos missionários católicos, no âmbito de uma Comissão local destinada a reunir colecções de objectos para o Museu Colonial em Lisboa. A descrição incluía uma relação pormenorizada dos materiais que os missionários haviam coligido com vista a compor a remessa a seguir para Lisboa. Constava, aqui, um relato, em primeira mão,

da proveniência da colecção de crânios de Timor no museu antropológico de Coimbra. O relato afirmava que os crânios haviam sido recolhidos pelos próprios missionários, obtidos do corpo de inimigos (também eles timorenses) do governo colonial e decapitados por guerreiros irregulares timorenses, durante a chamada “guerra de Laleia”. Na verdade, o excerto acima era ele próprio, na origem, uma *bricolage* arquivística. Com efeito, o Ofício n.º 15 não mais existe; dele só sobrevive entre a documentação um segmento truncado, incluso numa outra carta do mesmo missionário para o bispo de Macau, com data posterior. Incluso em outros textos; nota entre notas; traço documental enxertado no meio de outros traços documentais – poderia esta história oculta da colecção de Coimbra ser resgatada, se não através do ofício do microscopista?

O meu encontro com este segmento do Ofício n.º 15 no Arquivo Histórico Ultramarino – o contacto com a narrativa original da proveniência colonial da colecção de Coimbra – foi tão inesperado quanto procurado. Procurado, porque a caçada que empreendi considerou para seu universo, para além de materiais publicados, todo o conjunto de documentos manuscritos produzidos pela administração colonial portuguesa e, até hoje, disponíveis para leitura em arquivos públicos, sobretudo em Lisboa e Macau. Inesperado, porque a possibilidade de encontrar registos coloniais da colecção entre os escritos de missionários estava, à partida, na periferia das minhas hipóteses. Pela proximidade que mantinham, por tradição, com a violência ritual timorense, acreditava eu que teriam sido oficiais do exército os colectores originais das cabeças humanas – e eles também os autores da sua circulação para o museu. Estava enganado. O arquivo interpelou-me com as surpresas da prática da microscopia. As notas que preenchiam o vazio documental de Coimbra emergiram entre palavras de elogio à obra missionária, no meio de um relatório eclesiástico aparentemente desconexo da colecção, num canto, afinal, inesperado dos arquivos coloniais. Mas sobre esse registo inesperado experimentei um trabalho de generalização analítica. O contexto da “guerra de Laleia” sugeria uma genealogia histórica compósita para os crânios humanos no museu, uma genealogia que, a meu ver, representava um fenómeno mais geral na história colonial de Timor. Em termos conceptuais, a colecção era legível como sinal de um tipo de nexos intercultural que ligava,

em simbiose, colonizadores e colonizados – o que optei por designar de “parasitismo mútuo”. Em vez de indícios de “selvajaria” timorense, a coleção de Coimbra e o seu universo documental incorporavam uma forma social complexa de que faziam parte activa, desde longa data, agentes timorenses, tanto quanto agentes portugueses.

\* \* \*

Os estudos histórico-anropológicos são fruto de longas horas de trabalho em arquivo e, por vezes, viagens a lugares diversos. Durante esse tempo produz-se, por regra, um grande conjunto de notas sobre notas. Este conjunto constitui o meu arquivo de notas micrográficas. No meu caso, muitas destas notas continuam armazenadas em pastas e ficheiros (digitais, ou em papel). Talvez esperem apenas o dia do encontro com o seu significado analítico. Quem sabe, então, alguma dessas observações sobre assuntos minúsculos possa ainda – tal como aquelas que recordei aqui – viver a passagem de nota a livro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, João Gualberto de Barros (1894), “Notícia sobre uma série de craneos da ilha de Timor existente no museu da universidade”, *O Instituto*, 14 (XLI): 852-60; 15: 934-41; 16: 1044-48.
- GINZBURG, Carlo (1987), *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- GINZBURG, Carlo (2008), “Radio Open Source conversation with micro-historians Carlo Ginzburg and David Kertzer, 10 Nov. 2008”, entrevistado por Christopher Lydon, Online [http://www.brown.edu/Departments/Watson\\_Institute/Open\\_Source/RadioOpenSource-Ginzburg\\_Kertzer.mp3](http://www.brown.edu/Departments/Watson_Institute/Open_Source/RadioOpenSource-Ginzburg_Kertzer.mp3) [acesso em 10/01/2016].
- GINZBURG, Carlo (2015), “Microhistory and world history” in Jerry H. Bentley et al. (Org.) *The Cambridge World History*, Cambridge, Cambridge University Press: 446-73.
- HOKE, Robert (1665), *Micrographia: Physiological Descriptions of Minute Bodies Made by Magnifying Glasses with Observations and Inquiries Thereupon*, London, Jo. Martyn.
- MAGALHÃES, António Leite (1920), “Subsídios para o estudo etnológico de Timor”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 2 (1): 37-65.
- MEDEIROS, A. J. para Governador de Timor. [Fevereiro] (1881), cit. in Medeiros, A. J. para Bispo de Macau. 3 Junho 1881. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Macau e Timor, ACL\_SEMU\_DGU\_1R\_002\_Caixa 2, 1881.
- ROQUE, Ricardo (2010), *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- ROQUE, Ricardo (2017), “Lost traces: hunting the past in the colonial archives of Timor-Leste” in Luís Quintais (org.), in Maj Nygaard-Christensen e Angie Bexley (org.), *Fieldwork in Timor-Leste: Understanding Social Challenge Through Practice*, Copenhaga, NIAS Press, no prelo.
- YIN, Robert K. (1994), *Case Study Research. Design and Methods*, Londres, Sage.



**NOTA BIOGRÁFICA****Ricardo Roque**

Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Honorary Associate no Departamento de História da Universidade de Sydney. Tem-se especializado em antropologia histórica, história da antropologia colonial, e etnografias de arquivo. Projetos recentes incluem o estudo comparado do mimetismo colonial e a história da ciência racial no colonialismo português tardio. É o autor de *Headhunting and Colonialism* (2010) e *Antropologia e Império* (2001); e o co-organizador de *Engaging Colonial Knowledge* (2012) e *Objectos Impuros* (2008).